



COMISSÃO ESPECIAL DE FUTUROS

(Sessão realizada em 27 de setembro de 2021).

SENHOR PRESIDENTE.- Havendo número, está aberta a sessão.

(São 13h26).

–Como vocês sabem, a Comissão Especial de Futuros quis ter esta instância de trabalho ampliada com aqueles que vão nos acompanhar neste processo e nos ajudar a concretizá-lo, por isso começo apresentando os convidados: Celia Ortega, representante do Banco Mundial; Stefan Liller e Gabriel Bottino, representantes do PNUD, e Lydia Garrido, representante da Cátedra Unesco em Antecipação e Resiliência, que nos ajudaram na organização deste lindo encontro e que têm trabalhado muitíssimo. Também nos acompanha Alberto Majó, do Ministério da Educação e Cultura, diretor nacional de Inovação, Ciência e Tecnologia.

Apresento também os integrantes desta comissão: deputados Gustavo Olmos, Verónica Mato e Felipe Carballo, integrantes da bancada de oposição – digo isso apenas para fins de identificação –; o deputado Sebastián Cal, integrante do Cabildo Abierto; o deputado Daniel Peña, integrante do Partido de la Gente; o deputado Martín Melazzi e a senadora Carmen Sanguinetti, integrantes do Partido Colorado, e a deputada Fernanda Araújo, também integrante da bancada governista, que participa via Zoom. Também nos acompanha Bruno Gili.

A ideia é trabalhar hoje da forma mais descontraída possível, porque viemos de uma meia jornada estressante e ainda nos resta a outra metade. Pedimos colaboração a Lydia Garrido, que é quem nos tem ajudado neste tempo a pensar, a preparar, a planejar de alguma forma um processo que estamos apenas iniciando, que é novo para o Parlamento. É nova a temática e também são novas algumas formas de entender aspectos temporais e o fato de buscar enfrentar desafios que, por serem de médio e longo prazo, temos que enfrentar entre todos, porque hoje alguém está no Governo, mas amanhã isso muda. Então, é muito importante que todos nos envolvamos, que todos pensemos nisso. Outra das inovações que estamos fazendo, sem muito alarde – embora não haja nenhuma regulamentação que o proíba, não é uma experiência que tenha sido aplicada –, é incorporar ao nosso trabalho atores extraparlamentares.

Como vocês sabem – temos conversado sobre isso –, para este evento que fizemos hoje pedimos colaboração a Bruno Gili, que tinha experiência em

este tipo de eventos realizados em outras partes do mundo, e ele nos havia comentado quais poderiam ser os melhores formatos. Embora ele não seja legislador, por enquanto, assumiu a organização – naturalmente sempre compartilhando e consultando – de um evento que vem saindo maravilhosamente bem, com um painel de expositores de altíssimo nível. Alguns deles – por razões mais do que compreensíveis – não fazem declarações em lugar nenhum por razões profissionais e empresariais. Como bem dizia Bruno Gili, todos disseram que sim. Além disso, temos uma quantidade de especialistas de altíssimo nível. Nós tínhamos no máximo vinte e quatro; vocês sugeriram alguns que vão ser incorporados. Como vínhamos conversando, a ideia – depois Lydia Garrido vai explicar – é propor diferentes linhas de ação e formar um grupo mais permanente para que esta comissão possa consultá-los e trabalhar com eles. E todos disseram que sim. Recebemos muitas ligações de pessoas que também querem estar. Vamos manter essa pluralidade em todos os níveis, desde os saberes até a filiação a ideologias e partidos. Por certo, vamos integrar as pessoas que estejam em condições de contribuir com conhecimento. Isto está apenas começando.

O que pedimos a Lydia Garrido que nos apresente hoje – e estamos trabalhando nisso há algum tempo? Lembrem que este é um processo novo para todos e, é claro, temos que decidi-lo, aprová-lo e defini-lo entre todos. Naturalmente pedimos a expertise nesses processos àqueles que estão trabalhando nisso em outros lugares, seja de forma individual ou por meio das instituições. Por isso, o Parlamento assinou um acordo-quadro com a Unesco. O PNUD está trabalhando em outros Parlamentos do mundo e vocês conhecem a sua presença no Uruguai e a sua disposição de contribuir. Por essa razão, pedimos que estivessem presentes hoje para que vocês conheçam a situação em primeira mão e eles possam nos contar o que têm a nos oferecer. No caso do Banco Mundial, como vocês sabem, havíamos marcado para quinta-feira, dia 30, mas temos interpelação, o que não foi colaborativo por parte da Frente Amplio.

SENHORA NANE.- Vai ter que falar com o senhor ministro, porque foi ele quem propôs a data.

SENHOR PRESIDENTE.- Tudo bem, a senhora tem razão.

O Banco Mundial está trabalhando nesses temas. Tem muito interesse em conhecer e participar do que estamos fazendo e teve a delicadeza – como já comentei na semana passada na comissão – de oferecer uma instância para compartilhar o trabalho que vão publicar nas próximas semanas ou meses sobre as perspectivas para o Uruguai.

Agora vamos pedir a Lydia Garrido que nos apresente uma proposta que precisamos entender para começar a situar as diferentes atividades a serem realizadas. A intenção de hoje é que levemos uma ideia de qual seria o formato e a metodologia a aplicar, que é muito variada e tem muitas dimensões. Depois nós vamos ter que definir e nos dividir para poder abordar tudo o que for necessário. Como disse no início, os eventos são uma parte de um processo mais complexo.

Agora damos a palavra à senhora Garrido.

SENHORA GARRIDO.- Boa tarde a todos e muito obrigada pelo convite. É realmente um privilégio e uma honra poder estar aqui compartilhando com vocês a partir da minha experiência, que também é coletiva, porque surge do trabalho que vem sendo feito com uma equipe internacional sobre o tema do “uso do futuro” vinculado à tomada de decisão, assim como das interações que tivemos com alguns de vocês nestes últimos seis anos para poder chegar a esta instância, pela qual os parabenizo.

Vou compartilhar a apresentação porque me disseram que haveria pessoas conectadas por Zoom; tentarei ser sintética e não sobrecarregá-los com conceitos demais, porque realmente esta manhã foi muito intensa.

Talvez eu devesse esclarecer uma questão que me parece importante para começar.

Trabalhar com o futuro tem a sua especificidade. Por quê? Porque o futuro em si não existe; caso contrário, deixaria de ser futuro. No entanto, nós o usamos de maneira cotidiana e o objetivo desta comissão é usar o futuro para a análise de oportunidades e possíveis ameaças, dando sentido ao novo que vai emergindo e relacionando o longo prazo com o presente. O que, afinal, estamos usando para trabalhar com o futuro? Usamos imaginação e sistemas antecipatórios. Por que digo que estamos usando imaginação? Porque a prospecção, como capacidade altamente cognitiva que nós, humanos, temos, é a capacidade de imaginar futuros, de pensar em futuros, de pensar no que não existe, e é justamente a imaginação que nos permite pensar no que não existe.

Por sua vez, a imaginação está vinculada a esses sistemas antecipatórios que usamos na forma de input, de informação, quando vemos e analisamos alternativas no presente em relação a futuros. Este enfoque – no qual venho trabalhando, acompanhando a Unesco desde 2012 – se apoia nas ciências biológicas, em pesquisas sobre os sistemas antecipatórios nos humanos, especificamente na antecipação consciente e em processos cognitivos para a tomada de decisão. Além disso, articula uma série de enfoques e ferramentas que são as que estamos mais acostumados a usar, como podem ser, por exemplo, para a preparação, a prevenção e o planejamento, recorrendo a uma série de técnicas e ferramentas dentro do que se conhece como Estudos de Futuros. Com isso encerro esta pequena introdução de base, porque este enfoque dá ênfase às capacidades antecipatórias, é um enfoque de capacidades – por isso se chama “alfabetização no uso de futuros” – para poder ler, escrever e entender em relação ao futuro.

O que temos trocado e trabalhado, simplesmente a título de rascunho de insumos, poderia ser sintetizado nesta lâmina, em quatro tipos de componentes. O primeiro deles reúne os conhecimentos e as informações que nós, pessoas, produzimos por meio, por exemplo, dos integrantes do grupo assessor de especialistas; as dinâmicas de trabalho dos integrantes da comissão com os especialistas, seja com os assessores do grupo ou com alguns outros que se considerem necessários, e com

insumos provenientes de estudos e de exercícios prospectivos sobre temas específicos. Há centenas de estudos que têm relação com esta temática, mas se se quiser aprofundar em alguma especificidade determinada, provavelmente será preciso fazer algum exercício pontual.

Ele também se nutre de conhecimentos e de informação em atividades como a que nos ocupa hoje, eventos desta natureza, com a participação de múltiplos expositores; também por meio de conexões internacionais com outros parlamentares ou grupos de pesquisa sobre temáticas em chave de futuro e de atividades de divulgação.

Há um terceiro bloco de componentes que também tem a ver com conhecimento e informação e é o referente ao aspecto mais puro e duro entre o conceitual e o metodológico, para poder dar integralidade e coerência à informação e ao conhecimento que vão sendo gerados em todo esse tipo de atividades e em interações mais específicas, mais concretas, mais intensas ou difusas, mas que é interessante recolher e aproveitar, sistematizando-as e integrando-as.

Isso contribui para insumos em eixos principais: a identificação de tendências, de impulsionadores de mudança, de rupturas ou de shocks , e de sinais fracos (dentro da linguagem específica). Trata-se da identificação de emergentes e de uma análise avaliativa para identificar quais deles se entendem como ameaças, quais podem ser oportunidades, com o foco de ampliar as possibilidades, as oportunidades, e quais inibidores e habilitadores identificamos. Vale destacar que durante a manhã muito de tudo isso foi surgindo.

Para ter certas definições é necessário trabalhar com desafios e potencialidades, o que será parte do que a comissão discuta com os especialistas e do próprio processo que for sendo levado adiante. Esse seria o terceiro componente, que é a integração na forma de alimentações e retroalimentações como parte do processo de criação coletiva de conhecimento.

Também é importante que haja relatórios de andamento – talvez isso seja uma questão a definir, mas pode ser interessante que sejam bimestrais – com o objetivo da apresentação do relatório final, que será apresentado em setembro do ano que vem.

SENHOR PRESIDENTE.- Sei que são muitas coisas, mas se não entendermos esta primeira parte vamos ter dificuldade para avançar para a segunda.

De certa forma, o que a senhora Garrido nos propõe na primeira parte das articulações inclui todas as atividades, os atores e os materiais que temos que articular.

Como disse no início da minha intervenção, temos um grupo de especialistas – cada um na sua área – muito importante, disposto a trabalhar da forma que lhe indicarmos. Estamos pensando em mesas de trabalho mistas – formadas por esses especialistas e por nós – nas

quais podemos participar mais ou menos ativamente. Naturalmente, mais adiante elas podem ser conduzidas pelos especialistas.

Por outro lado, estão todos os estudos prospectivos que foram feitos no mundo – os senhores legisladores devem tê-los visto –; é claro que vamos aproveitá-los em parte, mas também faremos outros aqui.

Há também uma parte de eventos – como o que estamos realizando hoje –, que já estão nos pedindo, mas precisamos analisá-los. Por exemplo, o pessoal ligado à cultura quer ter uma instância de arranque para saber, neste tema da adaptação, quanto preservar da nossa cultura nesse jogo mudança-preservação.

Temos conexões internacionais. Nossos embaixadores estão nos oferecendo instâncias para realizar um encontro com comissões de futuros de outros países, de outros Parlamentos que querem trocar ideias conosco. Aliás, alguns querem nos convidar a participar. A princípio, concretamente há a Comissão para o Futuro da Finlândia, mas mais perto também há outras com as quais estão sendo feitas gestões.

Também realizamos atividades de divulgação que, embora sejam eventos, de alguma forma servem para ir transmitindo algumas das coisas que estamos elaborando.

Por último, há toda a parte de desenho metodológico. No início teremos dificuldade de assumi-lo e aplicá-lo, mas, como sempre dissemos, não vamos improvisar. Os insumos que elaborarmos devem ser a base, inclusive, para legislar ou não. Devemos usar este futuro com metodologias que nos deem garantias sobre a solidez do que vamos elaborando.

Todas essas coisas – que são muitas – devem ter uma integração, uma integralidade. Estamos iniciando um processo sistemático e sistêmico – que também é parte dessa metodologia – e, naturalmente, um trabalho em que os convidados de hoje não serão convidados de amanhã, mas participantes ativos que nos ajudarão em todo o trabalho de compilação e sistematização, que é enorme e transcende as nossas forças.

Esses são todos os elementos e as articulações que devemos colocar sobre a mesa, além das coisas que forem surgindo. Refiro-me a tudo isso que sabemos que devemos procurar. Naturalmente, todas essas mudanças geram uma enorme quantidade de riscos que devemos identificar e também oportunidades.

Com relação às tendências, não vamos tomá-las com determinismo, mas devemos conhecê-las, conhecer a sua força, e sempre vamos fazê-lo a partir das nossas potencialidades e fraquezas. Conversamos muito sobre isso com o PNUD e com a Unesco, e para isso o fazemos aqui, no Uruguai. Não vamos copiar o que se faz na Finlândia, na Bélgica ou nos Estados Unidos.

Nós vamos elaborar relatórios, fazer rascunhos e veremos como ir chegando a consensos sobre eles. Aqueles relatórios que obtiverem consenso mais rapidamente e que

entendermos que devam ser divulgados, serão divulgados, embora o que a lei estabelece seja um relatório anual que deve ser apresentado à cidadania na última segunda-feira de setembro. Naturalmente, esse será o relatório final que, como aconteceu em outras partes do mundo, desencadeará debates, discussões, polêmicas, etc.

SENHORA GARRIDO.- Como podem ver, a linha horizontal do título intermediário «Articulações, Insumos e Apoio a Processos», que deriva em um documento final e tem as setas em duplo sentido, tem por objetivo dar conta das idas e vindas, isto é, das questões mais iterativas, e também poderíamos chamá-lo de «interações, inputs e processos». Esses seriam os três componentes para se chegar ao produto final do relatório. Algo fundamental e substancial em tudo isso é a leitura que se faz, por exemplo, das tendências, dos impulsionadores da mudança e do que pode ser visto como ameaças, oportunidades, inibidores e habilitadores. Vou mencionar um exemplo, a partir do que ouvi nesta manhã nas excelentes apresentações, das quais tomei nota porque entendo que há muitas coisas interessantes que podem ser integradas.

Quero me concentrar no que acontece quando enquadramos as diferentes problemáticas ou temáticas, as tendências, os impulsionadores de mudança ou as rupturas em outros enquadramentos. Por exemplo, um dos expositores mencionou algumas questões que o Uruguai não pode mudar e falou de escala, geografia, demografia dura e tendências globais. Dependendo de como enquadramos isso em chave de futuros, não temos um problema de escala porque, por exemplo, temos condições de ir além da nossa fronteira. Então, isso não é algo que tenhamos que mudar, mas que simplesmente precisamos acessar.

Quanto ao tema da geografia, nas condições em que estamos, o geográfico ou espaço e fator terra está sendo ressignificado e já não tem o sentido que tinha na era que estamos deixando para passar a uma nova. Essa também não seria uma limitação. Não vou abordar o tema da demografia porque nos tomaria mais tempo, mas quero introduzir a questão de que vivemos em sociedades longevas e, se pensarmos nisso em chave de futuros, a natalidade perde peso relativo na questão demográfica. Tampouco podemos mudar as tendências globais, mas podemos identificar com agilidade oportunidades para aproveitá-las.

O gráfico anterior também pode ser apresentado desta outra maneira e, em suma, trata-se de voltar à diferenciação dos diversos componentes e a como eles contribuem – ou vão contribuir dentro do processo – para a temática que convoca este primeiro ano de trabalho da comissão, que tem a ver com o futuro do trabalho e o trabalho do futuro. Também é preciso levar em conta a ecologia de temáticas relacionadas, como já foram mencionadas hoje, porque pensar no futuro do trabalho e no trabalho do futuro é pensar no sistema educacional e em como aprendemos. Por exemplo, falou-se de transformações que vão muito além do sistema educacional tal como o entendemos e abordamos atualmente. Também é pensar nas possibilidades e na mudança que as tecnologias abrem para novas plataformas que permitam entender novas oportunidades de negócios e, portanto, modelos de negócios distintos;

relações de trabalho diferentes, aspectos que têm a ver também com o meio ambiente, por exemplo, a pressão sobre os limites planetários. Tudo isso está vinculado à temática do futuro, o trabalho e o trabalho do futuro. É a isso que me referia como ecologias de temáticas relacionadas.

Quanto ao tema de estudos, o que nos parece interessante aqui é que se possa fazer uma seleção, uma compilação, uma pequena sistematização e síntese de alguns que possam ser significativos. Também integro The Millennium Project, Global Futures Studies & Research, um Think Tank global. Somente The Millennium Project tem, referentes a esta temática – na qual trabalhamos de 2015 a 2018 –, mais de mil relatórios, e eles são atualizados de maneira permanente. Há muitíssimas outras bases de dados, de instituições e de centros de pesquisa que estão gerando conhecimento de maneira permanente.

Já falamos sobre os especialistas e as diversas modalidades que a interação com eles pode ter, seja nas mesas de trabalho – como explicava o senhor presidente desta comissão –, por meio de entrevistas que sejam necessárias para aprofundar determinadas questões, ou utilizando o formato de questionários. Há uma metodologia específica dentro da área de estudos do futuro que talvez algum de vocês conheça. Refiro-me ao método Delphi, por exemplo, que consiste em questionários a especialistas que podem ser feitos em tempo real para ir vendo o que se entende de maneira coletiva sobre determinada temática. Mas também permite analisar as pontas dentro da curva de Gauss – ou seja, não somente tudo o que cai no centro – e isso pode nos dar determinadas pistas para verificar e aprofundar.

É a isso que me referia com o desenho, dentro do processo, de alguns exercícios prospectivos pontuais na medida em que forem sendo necessários. Com isso quero esclarecer que a outra opção poderia ser definir um estudo prospectivo, um exercício prospectivo específico sobre o futuro do trabalho e escolher algum tipo de modalidade como as tradicionais que se usam na América Latina, a prospectiva francesa, da qual há muita experiência, mas isso significaria embarcar, talvez, em projetos de um, dois ou três anos. No momento entende-se que não seria a modalidade mais pertinente. Precisa-se – como se reiterou hoje – de coisas muito mais ágeis, que apelem mais à inteligência coletiva e aos sistemas de inteligência coletiva, com o foco aterrissado no que é nosso, no local. O componente, a esfera dos processos, está colocada para tornar visível que, em suma, o que estamos discutindo são processos de criação de conhecimentos. Caso contrário, são dados, informação desarticulada. Se for pelo acesso à informação, na Internet está (quase) tudo, mas a questão é como sistematizá-lo, como selecionar e dar-lhe um sentido pertinente.

Obviamente, na nossa perspectiva, a chave está na integração metodológica, em uma integração metodológica híbrida. Aqui não estamos falando de baixar um manual ou de percorrer um único caminho, mas do desenho de um processo de pesquisa porque, em suma, o relatório é uma pesquisa que poderíamos definir como híbrida por essa articulação distinta de fontes, de metodologias e de tempos. Há alguma pergunta sobre isso?

SENHORA SANGUINETTI.- Obrigada a todos pelo tempo. Para muitos legisladores esta comissão é uma das que mais nos entusiasma. Não sei se tanto por isto, mas tenho uma dúvida desde cedo e pensava em comentá-la com o senhor presidente.

Quero entender um pouco melhor qual foi – para vocês, que têm tanta experiência em outros países – o efeito da Comissão de Futuros nas outras comissões e no Parlamento em geral. Imagino a Comissão de Futuros puxando o Parlamento para algo mais próximo do futuro em toda a sua forma de trabalho. Queria saber se vocês têm algum insumo ou algum comentário a respeito.

Muito obrigada.

SENHORA GARRIDO.- Vou tentar responder à pergunta com outra coisa, colocando-nos, em chave de futuro, na necessidade que há hoje de integrar o futuro na tomada de decisões em nível de políticas públicas e nas recomendações e implementações que, por exemplo, o Parlamento Europeu está levando adiante ao convocar e pedir que cada Governo tenha o seu Ministério de Futuros. É tamanha a relevância da necessidade de integrar o futuro na tomada de decisões que iria além de uma comissão e estaríamos falando de ministérios.

Agora, para me referir à pergunta específica, podemos tomar como referência o caso da Finlândia. Eu também teria que respondê-la levando em conta o contexto de maturidade quanto à incorporação do uso do futuro, não só em nível de governo, mas também em nível ampliado da sociedade, incluindo obviamente a academia, mas também o setor privado. Embora eles estejam muitos anos à nossa frente, talvez quase trinta anos, já que começaram a partir da crise do início dos anos noventa, na Finlândia. A primeira a reagir foi a Academia, estabelecendo o Centro de Pesquisa de Futuros da Finlândia (FFRC) da Universidade de Turku e a criação de algumas outras instituições como o Sitra. Em 1993 foi criada a Comissão de Futuros no Parlamento, com uma vinculação direta com o Gabinete do Primeiro-Ministro e, por sua vez, com solicitações de que cada ministério tivesse um escritório que analisasse as diferentes temáticas em chave de futuros. Há dois ou três anos eles iniciaram uma segunda ou terceira reestruturação do sistema para passar a vê-lo e abordá-lo de forma realmente ecossistêmica porque, de qualquer maneira, pelo próprio processo, ele carregava uma certa história, não de fragmentação – não seria a palavra indicada –, mas sim de diferentes partes e repartições que incorporavam a prospectiva. Hoje estão em uma fase de desenho integral. Então, o funcionamento de maneira tão ampliada, tão impregnada, creio que explica algumas das conquistas que a Finlândia vem tendo nos últimos anos. Tudo isso se deve à incorporação desse pensamento em chave de futuros. Como mencionaram alguns integrantes da comissão, a decisão que a Finlândia tomou de vir investir no Uruguai foi uma recomendação feita a partir da Comissão Especial de Futuros. Ou seja, a identificação de oportunidades e possibilidades é parte da análise em chave de futuros.

SENHORA NANE.- Algumas das perguntas que eu tinha para fazer já foram respondidas no decorrer da conversa.

Uma das coisas que eu justamente tentava imaginar era se dentro da metodologia temos uma avaliação do nível de maturidade que, como foi dito, não é só o nível de maturidade que tenhamos em nível institucional, mas também o da educação e o da infraestrutura privada e pública. Então, essa é uma das primeiras perguntas: existe uma espécie de diagnóstico do nível de maturidade? Anteriormente, trabalhei bastante com modelos de qualidade baseados em níveis de maturidade. O típico é a gente se perguntar onde está, para começar a se mover.

A outra questão que queria colocar, que para mim é uma grande preocupação, é a seguinte. A gente vai em direção ao futuro, mas não vamos todos iguais; nem todos vamos do mesmo ponto de partida em termos de tempo, porque as crianças do primário não o fazem como as do secundário, nem como os universitários, nem como os adultos, nem como os idosos, nem como nós, que estamos como que no meio e sabemos que viveremos talvez uns vinte anos mais. Tampouco vamos todos iguais em direção ao futuro em termos de oportunidades, e a respeito desse tema podemos começar a falar de todas as lacunas que quiserem ou fazer as classificações e os cortes transversais que quiserem.

Embora dentro das políticas de Estado eu entenda que vamos rumo a um Uruguai do futuro, não sei se não deveríamos pensar um pouco em diferentes institucionalidades que caminhem para o integral. Precisamente, um dos problemas que temos que resolver para poder estabelecer políticas de Estado é olhar o país de forma integral.

Vou fazer um pequeno parêntese de ordem política. Agora há pouco eu estava procurando a prospectiva Uruguai 2050 que foi feita pela OPP e ela não está mais lá. Por que não está disponível? Podemos dizer que não servia para nada, mas talvez fosse útil para alguma coisa. Por que não a temos disponível para poder começar a trabalhar em algo e mudar o que tiver que ser mudado? Esta é uma pequena consideração política; não podemos reinventar o país a cada cinco anos. Nesse sentido, por onde tipicamente se começa? Nesse relatório de diagnóstico, separaríamos, por exemplo, o que teria a ver com a institucionalidade de que precisamos? Nós temos feito neste país alguns experimentos institucionais que não tiveram força integral suficiente.

Há uma questão institucional que muitas vezes tem a ver com fazer algo com ciência, tecnologia e inovação. Mas não é só isso. Nós estamos situados, como país, num lugar em que uma grande quantidade de guris aprendeu pensamento computacional graças ao Plan Ceibal. É algo totalmente diferente de como aprendeu a nossa geração que, por sua vez, foi completamente distinto de como aprendeu a geração da minha mãe. Pela forma como aprenderam, esses guris têm um nível de abstração e de relacionamento com o ambiente completamente diferente do que podemos chegar a ter nós.

Então, na análise de todas essas realidades distintas, nestes quinze ou vinte anos – não estou me referindo às questões políticas de governo, mas ao mundo –, o Uruguai teve um monte de desdobramento, que não teve em outro tempo.

Portanto, vamos primeiro para o institucional ou vamos primeiro para o diagnóstico? Como fazemos para que essas instituições conversem? Hoje o primário praticamente não conversa com o secundário em termos de educação, não é? Então, como vamos gerar o pensamento abstrato em certas gerações que estão fora do pensamento abstrato? Eu imagino os guris aprendendo xadrez para depois poder aprender pensamento computacional e dessa forma começar a nivelar certas oportunidades a partir de onde o Estado pode atuar. Eu imagino um Sistema Nacional Integrado de Cuidados que atenda os cuidados que as mulheres realizam, de modo a começar a trabalhar na lacuna de gênero. Então, primeiro seria o institucional, mas como isso se coloca a partir do integral? Não o resolvemos com um ministério de ciência, inovação e tecnologia.

Coloquei muitas coisas sobre a mesa, porque a verdade é que temos um país complexo; somos poucos, mas a realidade da felicidade pública é sempre complexa. Então, por onde se começa? Quais são as experiências internacionais nesse sentido?

SENHOR PRESIDENTE.- Uma das coisas que podemos fazer em tudo isso é nos relacionar com todas as partes. Lembro que nos cinco anos anteriores eu sempre gritava que estavam sendo feitas coisas muito boas, mas elas não passavam pelo Parlamento. Devo ter ido a todas as instâncias que foram realizadas na OPP; fui zero faltas nisso. Agora, na minha experiência, quando as coisas não passam pelo Parlamento – e com isso não digo que esteja certo –, ficam muito expostas. Este país é muito parlamentocêntrico. Talvez tudo isso gere mudanças, mas por enquanto é assim. Por isso, quando me perguntam sobre o papel do Parlamento nisto do futuro, minha resposta é que pelo menos é um lugar onde se procura se relacionar com todos.

No grupo que já temos, convidamos todos os que trabalharam nesse Uruguai 2050. Inclusive, alguns foram convidados para este evento, mas não puderam comparecer. Talvez essa seja a nossa principal contribuição: gerar esse relacionamento. Lamentavelmente, o Uruguai é muito afeito às chácaras e nós, de alguma forma, temos o compromisso de que haja integração; isso como primeira coisa. Talvez Lydia Garrido possa compartilhar alguma experiência, sem dar uma opinião, porque por enquanto temos que ir pensando em como vamos fazer.

SENHORA GARRIDO.- Muito obrigada. Você levantou uma boa pergunta, que eu tomaria em duas partes, e vou me concentrar na questão mais metodológica; não vou entrar no que tem a ver com qual é a decisão política, em suma, valorativa do tema.

Quanto ao grau de maturidade, embora o que vou responder não seja resultado de um estudo feito, é sim a minha calibragem por estar trabalhando desde 2008 – por exemplo – com a visão Uruguai 2030 e o que foi a base para os conselhos setoriais, a que quero acrescentar que já em 2000 ou 2001, em convênio com a ONUDI, foi feita uma série de exercícios prospectivos, em Transporte, em Logística e também em Meio Ambiente. Também, quanto a antecedentes, geralmente colocamos como âncora a CIDE na década de sessenta.

Agora, sem ir tão longe e tomando estes últimos dez ou quinze anos, me parece importante levar em conta tudo o que foi sendo gerado, puxado pelo La Diaria, em torno do dia do futuro. Ou seja, o Uruguai não está começando do zero, e o Parlamento – que é o que nos interessa – também não.

Pareceu-me sumamente interessante o que colocaram na última mesa a respeito de que, dos três Poderes do Estado, o Parlamento tem inerentemente um sentido de orientação para o futuro. Então, é verdade que não temos a maturidade, as capacidades nem as forças que tem a Finlândia, mas não estamos no zero. Temos outras coisas que contribuem para como usar o futuro para a tomada de decisão coletiva, além da tomada de decisão em nível de governo. Por exemplo, no ano passado o MIT – isso também foi trazido hoje de manhã – fez um levantamento do ecossistema inovador e ponderou a maturidade que temos no nosso ecossistema inovador e, dentro da maturidade, uma das qualidades é a disposição para a colaboração e a facilidade com que chegamos a gerar confiança quando saímos de lógicas polarizadas que separam em antagônicos excludentes. Então, vejamos o copo meio cheio, e creio que temos um bom ponto de onde começar.

A outra coisa – isto ainda mais focado na base metodológica e conceitual teórica – é que podemos imaginar que caminhamos em direção ao futuro, mas também poderíamos pensar que o futuro vem em nossa direção ou que já está sendo, na forma de emergentes, e o que temos que fazer é reconhecê-los, dar-lhes sentido e aproveitar aí as oportunidades para, como se disse hoje também de manhã, que o que estava mudando era a mudança e que não se trata unicamente de uma questão de aceleração, mas também de profundidade, é uma questão de mudança da mudança. Esta é, justamente, uma das forças do enfoque de alfabetização em futuros: aprender a reconhecer a mudança nos termos da mudança. Para quê? Para poder incidir na mudança. Como? Identificando e ampliando alternativas. Isso se conecta à preocupação que colocaram sobre iniquidades ou desigualdades, porque visa ampliar as alternativas de opção que temos no aqui e agora, no presente, mas incluindo o futuro, ou seja, trazendo o futuro ao presente como aspecto gerador, por sua vez, de futuros (por meio das alternativas que se descobrem ou se criam), e não partindo de uma análise ou diagnóstico plano do que existe, que, embora tenha que ser feito, é preciso mudar a lógica da abordagem. Por isso eu dizia que, ao trabalhar com o futuro, é necessário fazer uma mudança no ponto de inflexão.

(Diálogos simultâneos).

SENHOR LILLER.- Muitíssimo obrigado ao senhor presidente da comissão e a todos os membros pelo convite para estar aqui hoje. Estamos muito contentes e honrados de estar falando destes temas.

Gosto muito de uma citação que diz que «o futuro já está aqui», só que está distribuído de forma desigual; ou seja, há sinais do futuro, vários colegas diziam isso, que estão por todos os lados.

O PNUD – não sei quantos de vocês nos conhecem, alguns mais do que outros – é o braço de desenvolvimento das Nações Unidas; estamos trabalhando em 170 países, em grande parte com os parlamentos no tema da governabilidade democrática. Neste caso também trabalhamos muito com o Parlamento. No ano passado, como nas últimas quatro transições legislativas, estivemos nos diálogos parlamentares e sei que vários de vocês estiveram presentes. Portanto, temos muito interesse em trabalhar e apoiar o Parlamento.

Como organização, também trabalhamos muito, durante os últimos anos, no tema da inovação e sua complexidade. Por exemplo, nos últimos cinco anos foram estabelecidos 115 laboratórios de aceleração ou inovação ao redor do mundo; um deles está aqui no Uruguai desde o ano passado. Então toda essa agenda do futuro nos interessa muito e temos acompanhado vários países nesse tipo de processos, diálogos e reflexões.

Queríamos oferecer à comissão – isso também conversamos com Lidia Brito, diretora regional da Unesco – uma espécie de secretaria técnica para realizar um acompanhamento um pouco mais longo no tempo; como uma espécie de equipe que vá caminhando junto com a comissão, e assegurar que cheguem todas essas metodologias do exterior, assim como especialistas, para conectar assim com outros países e experiências. Esta é um pouco a proposta que vínhamos apresentar juntamente com estas duas agências das Nações Unidas para ir trabalhando. Não vou colocar temas específicos porque é para ver mais adiante – esses mesmos processos geram essas conversas –, mas sim queremos apoiá-los para percorrer esse caminho.

É a isso que viemos. Obrigado.

SENHOR PRESIDENTE.- Muito obrigado. Nós vamos aceitar. Como dizemos, muito francamente, nós estamos apenas iniciando um processo que sabemos que será muito complexo, e precisamos da ajuda de muitos e especialmente da de vocês. Naturalmente, sem pressa, mas sem pausa, iremos elaborando as formas pertinentes por meio de convênios. Da presidência da Assembleia Geral, mas também da presidência da Câmara dos Representantes, há disposição para isso. E embora não seja um caminho muito percorrido até agora, também vamos inovar nisso.

Tem a palavra a senhora Celia Ortega, representante do Banco Mundial em nosso país.

SENHORA ORTEGA.- Boa tarde. MUITÍSSIMO obrigada pelo convite. É a primeira vez que nos vemos cara a cara. Obrigada por bater à nossa porta. Estou encantada de estar aqui com os membros da comissão. A verdade é que acho que não poderíamos ter chegado em momento mais oportuno.

Há pouco estávamos conversando no Banco Mundial, com outros colegas e outros parceiros de desenvolvimento, que sentíamos que estávamos muito no presente, na agenda de hoje e de amanhã – talvez de depois de amanhã – mas, como pensamos nos temas de

médio e longo prazo, estávamos sentindo um pouco a falta disso, porque não podemos nos descuidar. Talvez porque nós, no Banco Mundial, temos isso no DNA: estamos sempre pensando no que vai acontecer dentro de quinze anos, de trinta anos. Saber que esta iniciativa está em andamento, acho que é uma notícia muito boa.

A reunião desta manhã me pareceu excelente. A verdade é que aprendi muito e me inspirou muito – espero que aos demais também –, e acho que mostra o tom do alto nível que a comissão está estabelecendo. Então estou encantada de poder sentar também e ver como podemos complementar o trabalho dos colegas da Unesco e do PNUD para poder apoiar algo que já está em andamento e que esperamos que continue, além do ano que vem. Realmente, uma comissão de futuros é para investir muito tempo.

Queremos colocar concretamente sobre a mesa, porque além disso nos parece oportuno – curiosamente alguém falou de um diagnóstico de maturidade e talvez já tenhamos um –, um estudo que o Banco Mundial faz sistematicamente, em todos os países onde trabalhamos, a cada cinco anos, por isso o chamamos de «diagnóstico sistemático de país». Este estudo é como uma foto de cima; é como quando a gente está no Google Earth e está vendo a sua rua, a sua casa, o seu bairro e depois vê a cidade, e diz uau. O que acontece? É uma tomada de pulso de para onde estamos olhando e quais são os motores de crescimento. O que está claro – e acho que vai ficar quando nos sentarmos para ver juntos – é que o que nos trouxe até aqui não vai nos levar mais longe, sobretudo se quisermos manter estes níveis que o Uruguai teve, dos quais nos orgulhamos, em termos de crescimento econômico e social. Vou dar um exemplo bem simples. Se pensarmos que cada país tem diferentes pratos ou pacotes de capital, não é preciso ser um grande economista para pensar, em termos de capital natural, na terra e na água, que, evidentemente, são limitadas, estão em perigo e sua produtividade tem um limite para poder crescer exponencial e sustentavelmente, porque o agro vai ter um limite. Então, o que nos trouxe até aqui não vai poder nos manter no futuro e com este nível de vida.

Com relação ao capital humano, o mesmo; o capital humano foi o orgulho em termos de emigração, qualidade, educação, mas agora sabemos que a nossa educação está em perigo, que estamos ficando mais velhos e que precisamos de um capital humano que mantenha e eleve esses níveis de crescimento. Esta manhã também se falou muito do capital institucional. Temos instituições das quais nos orgulhamos muito, mas eram do século passado, então algo temos que fazer.

Acho que esta conversa tem um bom ponto de partida em termos de colocar onde estamos, o que acho muito importante para conduzir a conversa, porque me parece muito empolgante pensar no futuro, mas a todos nós dá um pouco de medo. Todos temos terror de mudar as coisas, ninguém quer que mudem; tomar consciência de que não temos outra opção porque o motor vai se apagando acho muito importante para nos trazer a todos para a mesa e nos dar conta de que a mudança é necessária, importante e cada vez mais urgente.

Então estendemos a vocês o convite para apresentar-lhes esta análise e esta foto de cima que, coincidentemente, vamos apresentar em um ou dois meses ao Poder Executivo, mas que também queremos compartilhar com a comissão. Evidentemente, depois veremos a agenda deste ano e analisaremos como podemos complementá-la. Muito trabalho em termos do futuro e do amanhã talvez possa ser útil. Então estamos prontos para trabalhar e apoiar em como materializar e capitalizar esta visão de futuro.

SENHOR MELAZZI.- Em primeiro lugar, quero agradecer a todos, senhor presidente, por esta oportunidade. Quando me convidaram para participar desta Comissão Especial de Futuros, fiquei feliz não só de fazer parte, mas também de tentar deixar um grande legado para os nossos filhos e para os nossos netos.

Como legislador novo, o que sempre percebo é que, da classe política, a primeira coisa que temos que fazer é ser sinceros: reconhecer as coisas que foram bem feitas e as coisas que foram mal feitas; nestas últimas sempre houve boas intenções e às vezes são as gestões que não funcionaram corretamente. Por isso, para pensar em chave de futuro, como bem se dizia, é muito importante que trabalhemos sobre uma base sólida, na qual, especialmente, todos os legisladores olhemos para a frente, tiremos nossas bandeiras políticas e pensemos que o futuro é possível se o construirmos entre todos. Acho importante começar de forma lenta e a passo seguro para criar um grande castelo sobre uma boa base.

É difícil imaginar o futuro, mas acredito que o Uruguai tem muitíssimas mais forças do que fraquezas. E acredito que, em suma, as fraquezas são construídas pelo homem e muitas vezes vêm de mãos dadas com o fato de que nos custa romper muitos paradigmas. Enquanto o mundo avança, enquanto o mundo se anima, enquanto as crianças erram brincando e disso tiram um aprendizado, para nós, adultos, custa muitíssimo errar, porque sentimos que é um passo rumo ao fracasso, mas é o contrário: o que a vida nos presenteia é que, à medida que vamos errando, vamos aprendendo. Então, apelo à maturidade deste Corpo e desta comissão. Sem dúvida os painelistas sempre vão nos ilustrar, mas apelo ao entendimento, a deixar as bandeiras políticas de lado e a trabalhar realmente, de uma boa vez, pelos nossos filhos e pelos nossos netos.

Obrigado, presidente.

SENHOR CAL.- Saúdo toda a delegação que hoje nos acompanha, o que é realmente um prazer. Sou um dos tantos expectantes que há em relação a esta Comissão Especial de Futuros, entre outras coisas, por ser o legislador mais jovem do Parlamento. Coube-me tomar posse em 15 de fevereiro de 2020, com 29 anos; sendo um outsider completo na política, foi um grande desafio para mim me adaptar a este novo mundo.

Algo que, como jovem, sempre critiquei é o imediatismo que têm as políticas em geral, mas acho que faz parte do que somos como humanos. Somos imediatistas como humanos, como latino-americanos mais ainda e como políticos mais ainda,

porque claramente pensamos naquele destaque que queremos ter nos cinco anos em que nos cabe estar aqui. É muito difícil lutar contra essa natureza que carregamos como humanos. Acho que nesta comissão vai ser um grande desafio apontar para o que se chama de pensamento catedral, para o que o filósofo Roman Krznaric define assim, inspirado justamente nessas grandes catedrais europeias que se começavam sabendo que seriam terminadas oitocentos anos depois. Não sei como faziam, porque atenta contra a natureza do ser humano começar uma obra que não se pode chegar a ver concluída. É muito difícil lutar contra isso, mas acho que esta comissão é um primeiro passo muito importante que o Uruguai dá.

Concordo plenamente com o que foi colocado por um dos expositores da manhã, que dizia que o Parlamento é o futuro em si, que o Parlamento como tal é uma grande comissão do futuro. A senhora Lydia Garrido também destacava isso e é uma das coisas que anotei hoje no telefone, que guardei para as reflexões mais tarde na jornada de hoje. Não imagino um Parlamento sem uma comissão do futuro, e agradeço ao presidente a insistência ao me convidar para trabalhar nesta comissão. Acho estranho que não tenha existido antes uma comissão do futuro, porque na maioria dos temas em que trabalhamos fazemos isso pensando no futuro.

Há pouco apresentamos um projeto sobre cibersegurança que procura tipificar no nosso Código Penal três ou quatro dos delitos pensando justamente no futuro e na necessidade de criar um marco legal e de proteção para certo tipo de empresas que hoje não estão instaladas no Uruguai. Portanto, são poucos os temas em que trabalhamos que não têm algo de futuro. A grande maioria dos temas em que trabalhamos no Parlamento tem algo que está pensado para o futuro. Na Comissão Especial de Inovação, Ciência e Tecnologia da Câmara dos Representantes – que vários dos membros desta integramos – estamos permanentemente falando do futuro.

Então, quero agradecer a vocês. Acho que esta vai ser uma comissão que vai dar o que falar, da qual é preciso aproveitar tudo o que for possível. Estou tão expectante quanto a vice-presidente, que hoje manifestou isso publicamente. Eu já disse mais de uma vez que é a comissão que mais expectativas me gera.

Muito obrigado.

SENHOR MAJÓ.- Minha intervenção vai ser muito breve, mas primeiro quero parabenizá-los pela iniciativa, que me parece uma ferramenta muito boa, nada menos que dirigida pelos representantes do povo.

Parabenizo a organização deste primeiro evento porque são muito boas as temáticas escolhidas e as mesas. Realmente, estes são os temas – tudo ocorreu tal como foi organizado – sobre os quais precisamos refletir, cada um no seu âmbito, para começar a estabelecer estratégias e assim nos adequarmos aos novos tempos. Refiro-me tanto ao âmbito legislativo quanto ao executivo e ao das próprias instituições, que têm que começar a captar sinais das mudanças e pensar em suas próprias reformas.

É muito bom que este seja o âmbito onde se canalizem análises de futuro e se observem as tendências nos diferentes campos do conhecimento da ciência, da tecnologia, da cultura e da sociedade.

Como sabem, a partir do Poder Executivo, em particular do Ministério da Educação e Cultura, estamos iniciando um processo de redesenho institucional do sistema de ciência, tecnologia e inovação. Nestes dias estamos começando alguns estudos de consultoria que vão nos fornecer justamente insumos para desenvolver depois um debate com todos os atores, que será realizado provavelmente durante o primeiro semestre do ano que vem. Pareceu-me muito oportuno transmitir-lhes, pelo menos do ministério, que acompanhar este processo é para nós uma forma de nos relacionarmos em um âmbito que não é o das comissões tal ou qual, pois às vezes elas têm rigidezes. Trata-se de um âmbito para interagir entre todos os partidos políticos, os especialistas e os representantes institucionais com o fim de gerar insumos para essa construção de diálogos, além dos estudos de consultoria, dos relatórios e dos documentos. Entre todos temos que ir construindo um desenho institucional que, como bem se disse hoje, deve contar com algumas diretrizes estratégicas, mas também deve ser suficientemente flexível para se adaptar, porque é muito mais importante se acomodar rapidamente às mudanças do que ter um conhecimento perfeito do que vai acontecer dentro de cinco ou dez anos.

Simplesmente, minha mensagem é que estamos aqui para acompanhar o processo e para aprofundar o diálogo, pois isso vai nos fazer muito bem a todos.

Muito obrigado.

SENHOR PRESIDENTE.- Quero deixar registrado que Bruno Gili organizou um evento de excelência, como diziam de fora os nossos convidados; faço o comentário porque às vezes ficamos subjetivos. Está claro que se coloca como ponto de partida uma plataforma muito importante e, naturalmente, os jornalistas estavam surpresos com esta jornada tão longa e de tão boa qualidade.

SENHOR GILI.- Em primeiro lugar, quero agradecer e, em segundo, manifestar que foi um prazer trabalhar com a comissão e montar este grupo.

Vou repetir o que disse quando comecei como cidadão, porque todos responderam rapidamente; estamos no Uruguai e sabemos que a resposta imediata é «estamos aqui para colaborar», mas desta vez é sério. A verdade é que assumiram uma grande responsabilidade e devo dizer que quase todos os expositores com quem falei saíram contentes. Acho que vai haver uma demanda importante para continuar e há expectativa com o que vai acontecer, então não sei qual é a alocação de horas que vão destinar entre todas as comissões, mas tenho a impressão de que vão ter um trabalho árduo para manter essa expectativa. Aliás, estão chegando mensagens de WhatsApp de pessoas perguntando por que não estavam. Como disse antes, vão ter que montar algo se continuarem sendo meus amigos os que não puderam participar.

A propósito, foi outra tarefa árdua – um algoritmo complexo – reunir vinte e quatro pessoas, dadas as múltiplas restrições que, aliás, são lógicas.

Em suma, agradeço a oportunidade de ter podido colaborar com vocês. Cabe esclarecer que estou fazendo isto como Bruno Gili e não como empresa, mas de todo modo pedi ajuda a Gaspar e a Victoria para montar tudo isto – ela é contadora e ele é economista, estuda economia e ciência política, ou seja, era perfeito para eles e devem estar muito contentes –, então agradeço também a eles. Minha única mensagem é que agora vocês têm uma grande responsabilidade pela frente.

SENHOR PRESIDENTE.- Bruno: em nome da comissão agradecemos especialmente a você e, é claro, seguiremos contando com você.

SENHOR OLMOS.- Simplesmente queria agradecer a Bruno Gili e a todos os expositores. Por sua vez, gostaria de pedir desculpas porque tive que sair por um momento, já que devia comparecer à comissão investigadora.

Usualmente, quando interagimos com os ministros ou os dirigentes dos diversos órgãos nas comissões específicas, as discussões se referem mais às confusões da conjuntura como, por exemplo, «você me cortou na ANII e por isso estou te chamando» e esse tipo de coisa, mas não para pensar no longo prazo. Estou convencido de que é preciso fazer um grande esforço para ter políticas de Estado e de que há muitas coisas em que há espaço para chegar a acordos e avançar, deixando também lugar para a arena política.

Na verdade, há espaço e deveria haver sempre para pensar nas criptomoedas ou na mudança para o transporte elétrico e tudo o que isso implica em termos de energia e de impacto no fiscal, em trabalhos que deixarão de ser feitos, em mecânicos que terão que se reconverter ou nas múltiplas dimensões que o tema tem. Ou seja, há espaço para discutir essas coisas e chegar a acordos com independência, sem o olhar posto em 2024, para dizê-lo de forma crua.

Acho que o presidente está fazendo um bom trabalho para promover e impulsionar isto, e contamos com vocês para que nos ajudem neste caminho.

Muito obrigado.

SENHOR PRESIDENTE.- Para finalizar, quero dizer que teremos uma próxima jornada para, de alguma forma, nos inteirarmos um pouco mais da metodologia que nos foi proposta por Lydia Garrido, que deixará para todos nós os seus gráficos. Lydia também está nos oferecendo um processo de capacitação e de fortalecimento de capacidades para os legisladores e assessores desta comissão que acho que começa em uns quinze dias. Começamos por este evento, mas também temos demanda dessa capacitação, então digo a Lydia Garrido que ela deverá nos ajudar a entender e conhecer as metodologias que vamos aplicar.

Por sua vez, vamos gerar outras instâncias – como aparecia no primeiro gráfico de Lydia – porque os insumos sempre vêm bem. Retomo o que diz o deputado Melazzi no sentido de que, além de termos que ser ágeis e nos adaptar rapidamente, neste processo é muito importante ir pisando em terra firme. Não podemos ser ingênuos, porque há quem esteja na arquibancada – no Uruguai isso é muito comum – esperando que isto não funcione.

Nós nos comprometemos a seguir um processo sério, sólido, sistêmico, sistemático, integral e profissionalizado. Para isso, nos primeiros tempos, além dos insumos que formos gerando com os próximos eventos que vamos encomendar a Bruno, também teremos que ir nos inteirando dessa metodologia e provavelmente tenhamos que utilizar uma meia jornada – que é mais eficaz e eficiente do que várias curtinhas –, sobretudo para este tema.

SENHORA GARRIDO.- Mostramos as lâminas com o objetivo de apresentar alguns elementos, componentes do processo, que têm a ver com a metodologia. Mas também há outra forma de utilizar a metodologia que está relacionada especificamente com como estamos dando sentido ao uso do futuro, ou seja, como estamos lendo, como estamos interpretando essas tendências, esses sinais, essas novidades de mudança. Em uma das apresentações de hoje foi dito que o futuro não se pode prever. E isso é assim.

Do ponto de vista mais conceitual, teórico e aplicado, porque este é um enfoque que maneja e articula teoria, metodologia e sentido prático, aderimos a que não podemos prever o futuro. Vivemos em um mundo de complexidade e não podemos prevê-lo. Pelo que entendo, tampouco é isso que esta comissão busca. A questão é como usar o futuro para poder nos antecipar, acompanhar a mudança nos termos da mudança ou gerar novas condições da mudança. A esse respeito, vou fazer uma pequena precisão: a agilidade é fundamental. Mas não se trata unicamente de se adaptar como resposta a algo que já aconteceu porque, se só vemos assim, continuaremos sendo reativos, reagindo somente depois de ter acontecido. Precisamos compreender que as duas coisas andam em tandem: a antecipação que transforma antes e a reação que responde ao que já aconteceu. Então, é preciso caminhar com as duas pernas.

Estamos muito mais acostumados a responder, seja de forma mais lenta ou mais ágil, mas depois que as coisas aconteceram.

Isso também tem a ver com distinguir três formas diferentes de usar o futuro. Duas delas às quais estamos mais acostumados: uma que tem a ver com a preparação e a outra com o planejamento, que se organizam para responder a ou alcançar algo que se imagina lá adiante no tempo. Há outra forma – que é a que este enfoque integra –, que é o uso do futuro para dar sentido ao emergente, a isso que a senhora Aramendia expressava no sentido de que, afinal, os algoritmos são uma construção e é importante entendê-los porque depois vão determinar uma quantidade de questões.

Com relação ao uso do futuro acontece o mesmo porque, em suma, estamos decodificando a realidade que se nos apresenta. Agora, como codificamos e decodificamos? Isso é o que este enfoque oferece. E – encerro com isto –. Trata-se de um enfoque de pesquisa, aprendizagem e ação e, falando mais a partir do metodológico brando, trata-se de design. Design de processos para criar conhecimento de maneira coletiva, podendo ser aplicado para trabalhar com uma diversidade de participantes: crianças, camponeses, povos originários e tomadores de decisão. Ou seja, não será necessária uma pós-graduação nem aprender questões conceituais densas. Não! Claro, farão isso aqueles que quiserem e até onde quiserem, mas tem um sentido prático aplicado que aponta para como dar sentido a algo que ainda não é, que não existe. O futuro em si – termino com o que comecei – não existe, mas existe como imaginação e como sistema antecipatório que ativamos no presente.

Em síntese, a alfabetização em futuros contribui para dar sentido, para nos orientar, para fazer leituras antecipadas. Às vezes precisamos responder e reagir rápido, mas outras vezes precisamos inventar, criar, gerar as condições para que diversos futuros sejam.

SENHOR PRESIDENTE.- Muito obrigado.

Agradecemos a todos pela participação.

Encerra-se a sessão.

(São 14h52).